



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/et.v58i2.3112>

LIBERDADE, RELAÇÃO, PERTENÇA E DOM NA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DE PIERPAOLO DONATI E DA FILOSOFIA DE FRANCESCO BOTTURI¹

*Freedom, relationship, belonging and self-giving within family:
contributions of Pierpaolo Donati's Sociology and Francesco Botturi's Philosophy*

Rafael Cerqueira Fornasier²

Resumo: Por meio de uma revisão de literatura de algumas obras da sociologia relacional de Pierpaolo Donati e da antropologia filosófica de Francesco Botturi, o presente artigo, articulando o pensamento dos dois autores, desenvolve uma reflexão que aparenta não ser lugar comum na reflexão científica atual no que diz respeito à noção de liberdade, autonomia e pertença, bem como à percepção do dom e da gratuidade nas relações humanas em contexto familiar, em vista de oferecer uma contribuição para os estudos teológicos e interdisciplinares. Tal reflexão se faz em contexto de relações familiares por ser o âmbito das relações primárias em sociedade. Na perspectiva do agir em, com e por meio da família, como lugar privilegiado de epifania do sujeito agente, o tema da articulação entre liberdade e autonomia dos sujeitos é abordado segundo a noção de *liberdade em relação*.

Palavras-chave: Liberdade. Relação. Pertença. Dom. Família.

Abstract: Through a literature review of some works of the relational sociology of Pierpaolo Donati and the philosophical anthropology of Francesco Botturi, this article, articulating the thoughts of the two authors, develops a reflection that seems not to be common place in the current scientific reflection, concerning the notion of freedom, autonomy and belonging, as well as the perception of self-giving and gratuity in human relations in family context, in order to offer a contribution to the theological and interdisciplinary studies. Such reflection is made in the context of family relationships because it is the scope of primary relations in society. In the perspective of acting in, with, and through the family, as the privileged place of the agent's epiphany, the subject of the articulation between freedom and autonomy of the persons is approached according to the notion of *freedom in relation*.

Keywords: Liberty. Relationship. Belongness. Self-giving. Family

¹ O artigo foi recebido em 30 de agosto de 2017 e aprovado em 06 de junho de 2018 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutor em Teologia com Especialização em Ciências do Matrimônio e da Família. Professor do PPG em Família na Sociedade contemporânea e do Curso de Teologia da Universidade Católica do Salvador-BA, Brasil. Contato: rafael.fornasier@pro.ucsal.br

Introdução

A ação em Francesco Botturi é entendida como “lugar de nascimento do humano”³, com “um significado epifânico”⁴ do sujeito, uma realidade que é “lugar de manifestação fenomenológica e de realização ontológica do ser-pessoa”⁵. O conceito de liberdade está nisso implicado como *liberdade relacional*, a qual pretendemos aqui retomar, em particular no que concerne à liberdade vivida no âmbito das (rel)ações familiares. No entanto, não se trata de retomar esse conceito tal e qual foi desenvolvido por Botturi, mas, antes, deixando-nos iluminar por aquele e com o auxílio da sociologia relacional de Pierpaolo Donati pensar a liberdade a partir da experiência humana em sociedade em vista da família e na família. A liberdade pensada somente e de modo absoluto parece ser hoje presa fácil para a fome do individualismo contemporâneo em todas as suas facetas (econômica, jurídica, política etc.).

O fazer família, o agir em, a partir e em função da família aparenta colocar a humanidade em uma situação paradoxal no que diz respeito à liberdade da pessoa, na medida em que tal liberdade tende, na atualidade, a se desprender da ou a não reconhecer a necessidade relacional do sujeito para gerar-se a si mesmo e, por conseguinte, diminuir o campo de ação em função da responsabilidade que vincula os sujeitos entre si em suas decisões, por meio de sua autodeterminação do agir voluntário. Desde tempos remotos, a família pôde ser interpretada, segundo certas leituras do seu fenômeno, como geradora de vícios, como uma entidade que dificultaria a plena igualdade de direitos de seus membros e o exercício da *absoluta* liberdade dos mesmos. Todavia, o estudo que é aqui realizado, em chave sociológica e antropológica, nos autoriza a não somente afirmar o contrário a respeito de tais teses, mas nos dá a ocasião de aprofundar certos conceitos ligados à realização do ser humano em íntima relação com o fenômeno familiar. Trata-se de pensar a insubstituível contribuição da família ao conhecimento do ser humano sobre si mesmo e, conseqüentemente, do favorecimento da sua plena realização.

Família, lugar da liberdade sem independência⁶

A relação familiar suscita, inegavelmente, a questão da dependência de outros, pois, segundo Donati, ela é uma “relação de pertença”, na qual o amor conjugal e a abertura à geração significam assumir um projeto de vida para o outro; ou, para o dizer

³ BOTTURI, Francesco. *La generazione del bene: Gratuità ed esperienza morale*. Milano: Vita e Pensiero, 2009. p. 249.

⁴ BOTTURI, 2009, p. 251.

⁵ BOTTURI, 2009, p. 251. Em suas reflexões sobre o agir humano, Botturi retoma a ideia de A. Gehlen segundo a qual o “homem é um ser que age”. Cf. BOTTURI, Francesco. *Prospettiva dell'azione e figura del bene*. Milano: Vita e Pensiero, 2008. p. 23.

⁶ Inspiramo-nos aqui na expressão “liberté sans indépendance” de Fabrice Hadjadj aplicada à família. Cf. HADJADJ, Fabrice. *Qu'est-ce qu'une famille?: Suivi de la transcendance en culottes*. Paris: Salvator, 2014. p. 43.

com Pedro Morandé, na família se desenvolve um espaço constituído por um *vínculo de pertença* entre os seus membros.⁷ Essa é uma concepção de difícil aceitação na atual compreensão e vivência da liberdade, em particular no que concerne aos vínculos familiares. Contudo, a família continua sendo esse espaço onde a convivência com a diferença é colocada à prova⁸, onde a noção de pertença é elemento basilar, nos antípodas de uma experiência de convívio de tipo “pensão”, própria da convivência individualista que caracteriza o consumo das relações sem vínculos.

A *liberdade como relação* de Botturi sugere um aprofundamento em perspectiva antropológica da noção de pertença ou dependência, que hoje em dia se coloca de modo premente quando se trata do tema da escolha do sujeito em relação ao fazer, viver e agir em família e, ao mesmo tempo, de perceber as implicações sociais para a pessoa e para a própria sociedade. Com efeito, a escolha de gerar vínculos – e vínculos duradouros – com um cônjuge e eventuais filhos surge no campo de estudos da liberdade, com frequência, como limitadora da liberdade e da autonomia das pessoas. Uma ideia de realização pessoal acaba passando por cima do bem comum e da justa compreensão de realização na comunhão de pessoas, em que liberdade e autonomia são colocadas respectivamente em oposição à responsabilidade e à dependência.

A liberdade não raramente é assumida num sentido negativo, como sendo liberdade absoluta ou ausência de vínculos, de condicionamentos, de obrigações; ela é anômica, independente, indeterminada, ou seja, o oposto de uma liberdade que, de fato, tem sempre um conteúdo e um direcionamento em vista da realização de relacionamentos sociais de pertença estáveis, entre eles os da família. Isso incorre em sérias consequências para a pessoa e para a sociedade pelo fato de os vínculos serem desfeitos e refeitos ao bel-prazer.⁹ Nesse sentido, torna-se difícil integrar e admitir uma ideia de pertença entre sujeitos livres e autônomos, ou mesmo admitir que possa existir uma realização do ser humano que deva passar necessariamente através de vínculos que envolvem ao mesmo tempo a liberdade, a autonomia, mas igualmente a dependência¹⁰, a responsabilidade, a pertença ao outro por meio da autodeterminação do sujeito agente.

⁷ MORANDÉ, Pedro. *Persona, matrimonio y familia*. Lecturas Escogidas. Chile: Universidad Católica de Chile, 1994. p. 30.

⁸ RICOEUR, Paul. *Parcours de la reconnaissance*: Trois études. Paris: Gallimard, 2004.

⁹ DONATI, Pierpaolo. Società liquida: la vera libertà ha bisogno di una direzione, 2008. Disponível em: <<http://www.ilsussidiario.net/News/Cultura/2008/9/25/SOCIETA-LIQUIDA-Donati-la-vera-liberta-ha-bisogno-di-una-direzione/5913/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

¹⁰ A esse respeito, são de grande pertinência as reflexões de MACINTYRE, Alasdair. *Dependent Rational Animals*. Chigago: Open Court, 1999. p 1-9, sobre a relação entre vulnerabilidade e aflição, de um lado, e a dependência a outros, de outro.

Liberdade, relação e pertença

Sem nos determos longamente sobre a *ontologia dialética da liberdade* em Botturi¹¹, é importante adentrar sucintamente sua compreensão de autonomia, colocada em articulação com a “necessidade intrínseca que a liberdade tem de outra liberdade”¹², ou ainda – o que nos autoriza a insistir no tema da pertença – manter a necessidade de que, na base da relação entre liberdades, encontra-se “uma *ontologia da participação*”¹³, a fim de que haja um instituir-se da própria liberdade por meio do reconhecimento. Em Botturi, a noção de *pertença* se faz presente no contexto da relação entre liberdades e a geracionalidade, por meio do reconhecimento que disso provém, e também do fato de que a liberdade está sempre em “simbiose inevitável com a necessidade”¹⁴, num processo relacional de afirmação da própria pessoa.

A autonomia da liberdade é pensada não “como autonomia da individual liberdade anárquica, mas como autonomia da universal razão prática”¹⁵, à qual a liberdade está vinculada. Botturi pensa a autonomia da liberdade no âmbito de uma liberdade transcendental, distinta da possibilidade de escolha ou do livre-arbítrio. Essa distinção, retomada de Kant, fundamenta a autodeterminação da liberdade, que “é exercício da *independência* da ação dos seus antecedentes e da representação dos seus consequentes: enquanto a liberdade se autodetermina à ação, essa se põe por si mesma, livre justamente de qualquer dependência”¹⁶. Essa precisão é fundamental para não se cair no erro, não raro, de confundir a liberdade como sinônimo de liberdade de escolha e assim deixar de perceber a autonomia como fundadora da característica de autodeterminação da liberdade, que é critério de identidade.

Se for verdade que na sua condição histórica a liberdade se dá sempre como exercício de eleição ou ao menos de decisão, é também verdade que a natureza da liberdade não consiste como tal nem na liberdade de escolha (como pensa Sartre), nem na liberdade de bem e de mal (como afirmam Schelling e Pareyson), mas no poder de automotivação, na autoafirmação positiva que *não tem necessidade do múltiplo ou do negativo para definir-se*. Por isso, em linha de princípio, é hipotetizável que a liberdade venha a encontrar-se existencialmente na plena expressão da sua natureza *para além da condição de eleição e de decisão*.¹⁷

Também se apoiando nas reflexões de Kant e reforçando as teses de Botturi, Jean-Louis Chrétien postula que a liberdade de escolha da pessoa humana se caracte-

¹¹ Veja-se BOTTURI, Francesco. *L'ontologia dialettica della libertà*. In: _____. (Org.). *Soggetto e libertà nella condizione postmoderna*. Milano: Vita e Pensiero, 2003. p. 125-147.

¹² BOTTURI, 2003, p. 139.

¹³ BOTTURI, 2003, p. 140.

¹⁴ BOTTURI, 2003, p. 137.

¹⁵ BOTTURI, 2003, p. 131.

¹⁶ BOTTURI, 2003, p. 131.

¹⁷ BOTTURI, Francesco. *La generazione del bene*: Gratuità ed esperienza morale. Milano: Vita e Pensiero, 2009. p. 140-141.

riza por suas imperfeições, cheia de hesitações. A imperfeição da razão e da vontade do ser humano faz com que este nunca se entregue totalmente ao bem ou ao mal, reunindo-se numa única decisão. Essa “feliz imperfeição”, segundo Chrétien, não está, na verdade, dividida entre o bem e o mal, mas, sendo boa, ela o é totalmente, e sendo má, igualmente.¹⁸ “A partir do instante em que o ser humano decide, ele decide sobre si, e decide de si todo inteiro.”¹⁹

Para Botturi, a ausência de necessidade de uma múltipla escolha como *conditio sine qua non* de existência da liberdade fundamenta a autonomia da liberdade, que define a função de identidade da autodeterminação da própria liberdade. Nesse sentido, a autodeterminação não comporta em si nenhuma responsabilidade. No entanto, essa sua identidade é reveladora também de sua fragilidade, que se encontra em sua vontade de poder e de autodisposição, assumindo qualquer conteúdo de escolha como sendo “livre”, no qual a escolha “celebra o seu poder como disponibilidade sempre aberta, intensiva, em última instância orgiaca”²⁰, o que representa um aspecto nocivo para a liberdade, pois, dessa maneira, seu exercício se dá de modo enclausurado em sua autorreferencialidade. De fato, na experiência concreta da liberdade, devem-se manter juntos o seu início absoluto (elemento a partir do qual se pode falar de liberdade absoluta) e o seu exercício relativo (elemento a partir do qual se pode falar de liberdade relativa).²¹

Segundo Botturi, uma *conduta virtuosa* poderia vir em ajuda de uma equilibrada atuação, ou ativação, da capacidade de escolha no horizonte transcendental da liberdade, fazendo com que o bem seja, de certo modo, conaturalizado ao agente.²² Segundo o autor, esse é o caso, por exemplo, do amor humano, quando este

Atinge uma variante de força tal que crescendo se distancia sempre mais da condição inicial de e-leição para se tonar pre-dileção válida não por comparação, mas por si só, quase como se a vontade, escolhendo o amado, decidisse imediatamente de si mesma: quanto mais forte é o valor do que é amado, menos isso é objeto de escolha e mais está próximo do decidir-se da vontade como tal, porque o amado se identifica doravante com o íntimo centro intencional do amante²³.

Por outro lado, Botturi também deixa claro que as escolhas²⁴ exercem papel não negligenciável no que diz respeito à interdependência entre as liberdades no processo de identificação ou geração do sujeito. Se a liberdade traça o limite entre o

¹⁸ CHRÉTIEN, Jean-Louis. *La voix nue: Phénoménologie de la promesse*. Paris: Minuit, 1990. p. 72. Ver também a referência que faz Chrétien a Kierkegaard sobre a liberdade que não pode escolher entre o bem e o mal sem já ser totalmente inclinada a um ou ao outro: p. 170.

¹⁹ CHRÉTIEN, 1990, p. 117.

²⁰ BOTTURI, 2009, p. 143.

²¹ BOTTURI, 2003, p. 133.

²² BOTTURI, 2003, p. 129.

²³ BOTTURI, 2003, p. 129.

²⁴ O que requer uma formação moral, segundo Botturi. Cf. BOTTURI, Francesco. *Formazione della coscienza morale: un problema di libertà*. In: BRENA, Gian Luigi; PRESILLA, Roberto (Orgs.). *Per una libertà risponsabile*. Padova: Messaggero Padova, 2000. p. 73-95.

que depende e o que não depende de si mesma (os acontecimentos de primeira e de terceira pessoa), a escolha é funcional na emergência e na expressão da identidade subjetiva, na sua distinção da alteridade. Por isso, no exercício da autodeterminação se expressa correlativamente o sentido do outro, ou melhor, dos outros e, portanto, a experiência da relação. Não é por nada que a percepção do próprio poder de escolha é fundamental para a autoidentificação nos diferentes níveis do amadurecimento humano desde a infância à idade adulta.²⁵

Completando o percurso de reflexão sobre a liberdade feito pelo autor, surge a ideia de *autorrealização* como aquela que, ao mesmo tempo, distingue-se e realiza a autodeterminação da liberdade, e isso através da *vertente do tempo*. Com efeito, a livre autodeterminação tem como característica o *instantâneo*, pois sua estrutura se retrai, de certo modo, do fluxo temporal, subtraindo-se, assim, à conexão determinística dos acontecimentos. Para que a liberdade seja realmente uma liberdade de libertação, faz-se necessário compreendê-la no dinamismo de autorrealização, que, “como tal implica uma *história da liberdade*, impensável se se limita a liberdade à pontualidade da escolha”²⁶. Nessa perspectiva “não somente as categorias de opção fundamental, de prova e de responsabilidade assumem relevo, mas também as de *risco* e *aventura* se tornam indispensáveis para falar de liberdade segundo o seu componente ‘dramático’”²⁷.

As relações familiares podem ser assumidas como sendo a máxima expressão da autorrealização de uma história da liberdade entrelaçada com outras *histórias de liberdades*, devido, ao mesmo tempo, à natural intimidade das pessoas que compõem uma família, mas à proximidade assumida livre e responsabilmente, no quotidiano da vida, quando se abraça o risco e a aventura que fazem parte de uma realização da liberdade, distinta da soma das escolhas empreendidas pela pessoa, ao fundar no tempo vínculos de pertença que manifestam a identidade do sujeito livre. Do que se pode depreender das conclusões de Botturi sobre o amor, percebe-se algo que também é verdadeiro para os próprios cônjuges, pois, ainda que, de certo modo, se escolhem, não deixam de realizar, como afirma Karl Rahner, um abandono confiante no mistério da liberdade do outro.

Quando, de fato, um homem, na plenitude da sua liberdade existencial, dispõe inteiramente de si e ousa confiar a um outro ser humano o seu coração, a sua vida, o seu destino e a dignidade eterna da sua pessoa, abandonando-se assim ao mistério, sempre inefavelmente novo, desconhecido e impenetrável, de uma outra pessoa – o que é possível somente no supremo risco do amor e da fidelidade [...] – o milagre sempre único do amor [...] impregna todo o homem e todo o seu destino [...].²⁸

²⁵ BOTTURI, 2003, p. 131.

²⁶ BOTTURI, 2003, p. 136-137.

²⁷ BOTTURI, 2003, p. 137.

²⁸ RAHNER, Karl. *Sul matrimonio*. Meditazione teologiche. Brescia: Queriniana, 1966. p. 9.

Dom e família

A categoria de dom pode ser vista como síntese de uma verdadeira realização da pessoa, pois ou a liberdade é dom ou ela é déspota, demasiadamente segura de si mesma, em sua capacidade de autonomia, mas negligenciando sua dependência relacional. O dom realiza a conciliação entre essa abertura ao absoluto da autônoma liberdade e sua concretização histórica na relação com outras liberdades. Nesse encontro de liberdades aparece a figura da *gratuidade*, constituída pela própria relação entre as liberdades, ou seja, uma “relação à graça de uma outra liberdade”²⁹. Porém seu significado deve ser refletido haja vista que sua compreensão aparenta estar ligada ao ideal de um “amor puro”, totalmente desinteressado, contrariando a troca, a transação e também a reciprocidade.³⁰ Nessa reflexão, deve-se também ter em conta o paradoxo ligado à experiência do dom na vida do ser humano, em que há uma “ontologia finita”³¹. De acordo com Botturi:

O seu ser em relação com outros por meio do dom do reconhecimento, o seu hospedar outros junto a si não pode acontecer sem que a margem da própria dependência jorre no âmbito do bem gratuito do reconhecimento; isso é suficiente para introduzir na relação o temor alienante de que o dom seja também dano para o doador, a angústia que o doar-se na relação seja perder, e em última análise, se perder. Nessa vertigem, ao homem vem espontaneamente agarrar-se às mais próximas certezas da imediata conservação de si e do seu poder sobre o outro. A assimetria no reconhecimento torna o sujeito propenso a fazer os outros dependentes de si, quase como a garantir uma relação ameaçada pela recíproca fraqueza ontológica, ou ainda, torna-o disposto a se fazer súdito de uma relação que deveria torná-lo livre³².

A reflexão empreendida por Botturi sobre o entrelaçamento de liberdade, dom, gratuidade e reciprocidade lança mão do aporte das reflexões de Jacques Derrida e Jean-Luc Marion, e realiza, ao mesmo tempo, uma crítica ao primeiro confrontando-o com o segundo. Seguindo a leitura que Botturi faz dos autores, pode-se dizer que, para Derrida, há certo traço de paradoxo no dom, que aparenta existir somente dentro de um regime de “esquecimento absoluto”, tanto do lado do doador quanto do donatário: o dom acontece, como fenômeno que se coloca para fora da relação de troca, somente se não aparecer como dom a nenhum dos interessados³³. Segundo Derrida, só existiria dom na medida em que esse fosse incondicionado, e, de certo modo, ignorado e invisível. Botturi reage a essa concepção dizendo que, se assim fosse, “o dom se daria em condições de experiência totalmente excepcionais e o gratuito seria arremessado para fora do

²⁹ BOTTURI, 2003, p. 142.

³⁰ BOTTURI, 2009, p. 175.

³¹ BOTTURI, 2009, p. 191.

³² BOTTURI, 2009, p. 191.

³³ BOTTURI, 2009, p. 175.

âmbito da vida cotidiana”³⁴. “Se o dom fosse pensado como pura oposição à troca, para salvaguardar sua peculiaridade, seria necessário colocá-lo ‘fora de circuito’”³⁵.

Por outro lado, no que tange ao pensamento de Marion, Botturi afirma:

Dar razão do dom significa demonstrar que ninguém doa sem dar/dar-se conta disso e, portanto, sem conferir a cada um dos momentos da doação uma razão de troca. O dom é possível ser salvo somente se “reduzido à doação”, a um puro doar compreendido sem “um doador recompensado” mesmo somente na sua (boa) consciência, um “donatário quitado”, isto é, marcado de uma qualquer consciência de débito, “um dom valorizado”, em uma certa medida recuperável a um valor de troca. É indispensável um doar em grau de dar razão de todas as dimensões do dom [...]”³⁶.

Botturi utiliza aqui o exemplo da paternidade, remetendo-se à realidade familiar, para evidenciar como nessa experiência humana se coloca em cena a justa relação entre doador e donatário por meio do ato de doação. Nesse caso, “o doador se retrai no instante mesmo da sua procriação e deve ausentar-se para continuamente retornar à relação com o filho; na qual o filho donatário não pode constitutivamente satisfazer a mínima pretensão de restituição de débito”³⁷, haja vista que o dom da vida não poderá jamais se tornar algo utilizável. Ou ainda, se “o pai deseja ser reconhecido pelo filho como pai e espera a sua resposta, [...] ele [mas, se é bom pai] não gera o filho ‘para’ esta resposta”³⁸. Por outro lado, afirma o filósofo italiano,

Um dom desinteressado de uma resposta grata (isto é, o exercício benéfico da liberdade também por parte de outros) não seria expressão de gratuidade, mas celebraria a autossuficiência orgulhosa e o sentido imperial da própria potência e assinalaria uma consideração servil do outro, sendo servo justamente aquele que se espera servir, mas não a iniciativa da sua liberdade³⁹.

A contribuição de Marion às reflexões de Botturi está no fato de o fenomenólogo francês conseguir resolver a aporia do dom ao deslocar a atenção do seu conteúdo para a dimensão mesma de doação em perspectiva relacional, ao passo que em Derrida o problema se encontra justamente na consideração abstrata do dom, sem ligação com a relação de reconhecimento entre sujeitos, e isso devido à preocupação de evitar que o dom seja, de certo modo, contaminado pelo regime econômico de troca. Assim, sobre a base das reflexões de Marion, Botturi afirma que se pode repensar o gratuito de modo positivo, sem que seja necessário evacuar a concepção de troca e reciprocidade, como o faz Derrida, mas como uma qualidade de relação entre sujeitos, relação esta marcada pelo reconhecimento e pela liberdade. Para Botturi, o que é gratuito não

³⁴ BOTTURI, 2009, p. 175.

³⁵ BOTTURI, 2009, p. 175.

³⁶ BOTTURI, 2009, p. 176.

³⁷ BOTTURI, 2009, p. 176.

³⁸ BOTTURI, 2009, p. 179.

³⁹ BOTTURI, 2009, p. 179.

é o dom, nem o próprio ato de doar, mas a categoria de reconhecimento como expressão concreta da relação com o outro não intercambiável, da qual a doação é uma expressão simbólica.⁴⁰ No âmbito da relação de reconhecimento, o que Botturi chama de *ideal de gratuidade*⁴¹ aparenta encontrar o seu equilíbrio na medida em que lhe é atribuída como conteúdo a existência de uma relação entre liberdades, na qual o motor seja o interesse na liberdade de outrem como tal. “A gratuidade não é, em definitivo, outra coisa senão a *‘graça’ de uma relação de uma liberdade a outra liberdade*.”⁴² Tal definição, segundo o autor, é certamente ideal, mas é “também critério regulador que produz efeitos seguramente reais, a partir do momento em que o sujeito livre, antes de tudo, deseja ser tratado segundo as exigências da sua pluridimensional liberdade”⁴³.

Por isso, o dom do reconhecimento não afasta de si uma expectativa de uma resposta livre na mesma medida: a expectativa de uma resposta grata. Certamente não como equivalente da ação de reconhecimento, que seria antes de tudo ilusória porque privada de medida possível; mas como cumprimento da própria gratuidade do reconhecimento, que em um ato de igual reconhecimento gratuito possui o testemunho da sua benéfica eficácia. Como afirma oportunamente P. Gilbert, “o dom é feito em todo caso para induzir a uma ação”, e, como completa P. A. Sequeri, “o dom é sempre em vista de um vínculo, de uma troca, de uma correspondência: mas o gesto da doação vive justamente da intenção de isso zerar a necessidade: na esperança que esses brotem da liberdade”; poderíamos dizer que a ação que solicita o dom gratuito de reconhecimento é principalmente aquela da “restituição”, no sentido de que, se o logos do reconhecimento é instituição de subjetividade, a relação de reconhecimento, enquanto doação, traz em si a instância da *re-instituição*.⁴⁴

Nesse contexto, é pertinente a afirmação de Paolo Gomasca de que “o dom é a afirmação da liberdade através de uma *dependência*”⁴⁵, o que corrobora nossa insistência em tratar a concepção da liberdade também numa perspectiva de *pertença* ao outro, sobretudo no contexto familiar.

Em tal modo, a experiência da liberdade como relação torna compreensível o *sentido do dom e da reciprocidade*, pois é disso o fundamento e ao mesmo tempo o caso paradigmático. O dom para sê-lo deve salvaguardar o gratuito, mas isso [...] invoca também reciprocidade. De fato, exatamente porque a essência do dom é a própria gratuidade da relação livre a outra liberdade, enquanto o conteúdo do dom (objeto ou prestação) é disso o sinal simbólico, o dom é intrinsecamente solicitado pela liberdade e, por conseguinte, também pela reciprocidade. Está, portanto, na natureza do dom a espera do

⁴⁰ BOTTURI, 2009, p. 176.

⁴¹ BOTTURI, 2009, p. 179.

⁴² BOTTURI, 2009, p. 179.

⁴³ BOTTURI, 2009, p. 179.

⁴⁴ BOTTURI, 2009, p. 178.

⁴⁵ GOMARASCA, Paolo. Emozioni, affetti, legami. In: ANSELMO, Daniele et al. (Orgs.). *Lessico della libertà: Percorso tra 15 parole chiave*. Milano: Paoline, 2005. p. 66.

retorno [*ri-cambio*], não certamente como troca de equivalente, mas como sinal de uma liberdade grata [*ri-conoscente*].⁴⁶

A reflexão sobre o dom remete necessariamente às relações sociais, isto é, à própria identidade do sujeito em relação através dos vínculos que tece, e, dentre eles, os mais estreitos e primários se encontram no âmbito da família. Donati traz capital contribuição para a reflexão da experiência do dom em família e em sociedade que aqui é integrada como complementação dos desenvolvimentos antropológicos de Botturi e receptividade desses no âmbito do cotidiano da vida familiar e social.

Segundo Donati, o dom, como “categoria universal do espírito humano”⁴⁷, foi colocado às margens da sociedade moderna durante muito tempo, mas emerge nos últimos tempos como “elemento indispensável da ação social generalizada”⁴⁸ e, por isso, requer ser redescoberto. Para Donati, “o dom é um universal antropológico que expressa a sociabilidade do indivíduo quando este se faz pessoa (indivíduo-em-relação)”⁴⁹. Sem nos delongarmos sobre a detalhada análise que faz o autor sobre o modo como a sociedade moderna interpretou e integrou – ou colocou às margens – a categoria do dom, cabe aqui perceber sua concepção de dom, que, inevitavelmente, está em estreita relação com o tema da gratuidade. Segundo Donati, essa relação nem sempre é óbvia, até mesmo no âmbito da família, onde o dom sobrevive “mais do que em qualquer outro lugar”⁵⁰.

Assim como Botturi, Donati sublinha o problema da atualidade ou a dificuldade de colocar em relação o dom e a troca, e, por conseguinte, a ideia de reciprocidade como sendo um problema fundamental da sociedade hodierna, haja vista que a troca é cada vez mais de tipo instrumental e, por isso, tende a anular o dom.⁵¹ O autor também identifica em Derrida e outros a perplexidade em tentar postular a ideia de dom verdadeiro ou absoluto, no contexto da gratuidade, furtando-o a uma lógica mercantilista, ao mesmo tempo em que rejeitam qualquer tipo de troca ou reciprocidade entre doador e donatário, de tal modo que o dom se torna impossível ou impensável⁵², sempre numa abordagem da gratuidade vista como sendo negativa e o dom visto como uma morte.

Em vez de falar de “aporia” do dom, como o faz Botturi, Donati evoca a “ambiguidade do dom”, que se assemelha àquela do amor. Para solucionar tal ambiguidade, faz-se necessário especificar a gratuidade, e isso por meio da qualidade do agir, “na qual e pela qual um sujeito doa alguma coisa ou por inteiro a outros – conhecidos ou estranhos – sem esperar, antes sem querer nem desejar de algum modo, nenhum

⁴⁶ BOTTURI, 2003, p. 142-143.

⁴⁷ DONATI, Pierpaolo. Il dono in famiglia e nelle altre sfere sociali. In: SCABINI, Eugenia; ROSSI, Giovanna. *Dono e perdono nelle relazioni familiari e sociali*. Milano: Vita e Pensiero, 2000. p. 55.

⁴⁸ DONATI, 2000, p. 55.

⁴⁹ DONATI, 2000, p. 78.

⁵⁰ DONATI, 2009, p. 78.

⁵¹ DONATI, 2000, p. 59-60. Quanto ao problema da articulação entre dom e troca, que implica também a noção de reciprocidade, veja-se igualmente DONATI, Pierpaolo. *L'amore come relazione sociale. Società e mutamento politico*, v. 2, n. 4, p. 26-27, 2011.

⁵² DONATI, 2000, p. 63.

retorno”⁵³. A ênfase aqui está também na relação, pois a gratuidade é definida não somente “em sentido negativo (como ausência de compensação e remuneração), mas igualmente em sentido positivo, como afirmação de um bem, como presença, como valorização da relação enquanto tal e com tudo quanto esta traz (porta) a quem está nela”⁵⁴. Consequentemente, a função primária do dom é “afirmar o valor em si da relação através da qual, com a qual e pela qual o humano pode ser reafirmado e regenerado no seu sentido mais profundo”⁵⁵. A verdadeira relação humana requer a existência de uma doação que significa “reconhecer o Outro como dotado de uma dignidade, depositar neste confiança e envolver-se com sua própria realidade”⁵⁶; sem o que a relação acaba se tornando menos humana. A respeito da gratuidade, Melanie Klein afirma que “um dos principais derivados da capacidade de amar é o sentimento de gratidão. A gratidão é essencial à construção da relação com o objeto bom e é também o fundamento da apreciação do que há de bom nos outros e em si mesmo”⁵⁷.

Mas Donati insiste igualmente no aspecto moral do agir em relação ao qual a gratuidade está implicada. Segundo o autor, e numa maneira muito vizinha à de Botturi de pensar a gratuidade, “o atributo de ‘gratuito’, de fato, não se refere a um objeto, a uma ‘coisa’ dada, que deixa descoberta a eticidade da ação, mas se refere precisamente ao agir enquanto implica escolhas morais: gratuito é o atributo ético do ato humano, do gesto, do serviço, e somente disso [...]”⁵⁸. Com efeito, nas suas considerações sobre o modo de se referir ou não ao dom e à gratuidade, existe uma grande atenção aos aspectos éticos do agir, haja vista que, para Donati, o dom e a gratuidade requerem o primado da ética, e não uma moral autônoma e eficaz, sob pena de desaparecerem diante de imperativos de ordem econômica e política da sociedade contemporânea privados de ética pública adequada.⁵⁹

A partir disso, pode-se dizer que Donati sintetiza assim a articulação entre dom, relação e gratuidade:

O dom é com frequência considerado como uma manifestação do sujeito-pessoa, e, neste caso, se coloca o acento sobre as motivações espirituais, de consciência, psicológicas do indivíduo. Isso não é errôneo, antes é essencial. Mas constitui somente um lado da moeda. De fato, haja vista que o indivíduo abstrato não existe, um dom como manifestação do sujeito puro é, por sua vez, uma pura abstração. O dom gratuito existe em uma relação e assume substância e significado *na* e *a partir* dessa relação. Na relação se tem necessidade de ser ao menos dois, e a relação possui uma existência própria que não pode ser reduzida às características de quem faz e de quem recebe o dom. O dom

⁵³ DONATI, 2000, p. 57.

⁵⁴ DONATI, 2000, p. 78.

⁵⁵ DONATI, 2000, p. 97.

⁵⁶ DONATI, 2000, p. 97.

⁵⁷ KLEIN, Melanie. *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 219.

⁵⁸ DONATI, 2000, p. 79.

⁵⁹ DONATI, 2000, p. 63.

gratuito existe somente em um contexto e como expressão de sujeitos que o exprimem intersubjetivamente⁶⁰.

No seguimento de sua leitura do modo de interpretação e integração ou não das categorias de dom e gratuidade na família e na sociedade, Donati propõe abordar essas categorias a partir da sua teoria social relacional, para fins de sua ascensão no sistema social da atualidade. Trata-se não somente de identificar, mas teorizar o lugar do dom na sociedade diferenciada, e isso segundo o esquema AGIL redefinido em chave relacional⁶¹, segundo o qual **A** = *adaptation* (que se refere aos **meios** da ação); **G** = *goal-attainment* (que se refere aos **fins** da ação); **I** = *integration* (que se refere às **normas** da ação); **L** = *latency, pattern maintenance, latent pattern maintenance* (que se refere aos **valores** em torno da ação). Assim **A** é identificado com a economia, **G** com o sistema político, **I** com a comunidade societária e **L** com o complexo fiduciário da família e do parentesco.⁶² Não compete aqui acompanhar passo a passo todos os desdobramentos da sistematização do autor no avançar dessa sua aplicação teórica no que concerne ao dom em família e em sociedade, mas sucintamente ressaltar o lugar da família na diferenciação do agir gratuito.

Com a diferenciação das relações sociais em esferas que prescindem do humano (esferas técnicas) e em esferas que se qualificam somente ou prevalentemente pela qualidade relacional (esferas humanas), emergem também “lugares” da sociedade que são incumbidos de institucionalizar o momento generativo dos dons, em particular daqueles gratuitos, segundo processos criativos de bens e serviços que, como dons individuais tendo características diversas, se tornam em seguida circulares, em certas condições, nas outras esferas da sociedade.⁶³

Tais lugares generativos de dons, segundo Donati, são justamente a família, por um lado, e o complexo que o autor chama de *privado social*, por outro lado. O grande desafio reside no fato de esses lugares serem reconhecidos, incentivados ou não pelas outras esferas da sociedade, em particular pelas duas principais, isto é, o Estado e o mercado, nesse seu insubstituível papel de geradores de gratuidade.⁶⁴ Assim, seguindo o esquema AGIL, e após desenvolver a “diferenciação do dom e da gratuidade no privado social”⁶⁵, percebe-se como o sociólogo italiano coloca sempre a família na área de latência dessa sua bússola relacional, não somente para o privado social, mas também no que diz respeito à identificação do lugar do dom numa sociedade ultramoderna como um todo.

⁶⁰ DONATI, 2000, p. 75.

⁶¹ DONATI, 2000, p. 67-68.

⁶² Para aprofundar o modo de aplicação desse esquema no pensamento de Donati, veja-se DONATI, Pierpaolo. *Teoria relazionale della società: Sociologia e politica sociale*. Collana Diretta da P. Donati. Milano: Francoangeli, 1998. p. 175-303.

⁶³ DONATI, 2000, p. 86.

⁶⁴ DONATI, 2000, p. 86.

⁶⁵ DONATI, 2000, p. 86.

Recorde-se aqui que esse pré-requisito funcional de latência (L) da ação social no esquema AGIL corresponde a uma espécie de modelo latente de manutenção, que se refere aos valores em torno da ação e que com frequência vem atribuído ao organismo fiduciário da família e da parentela. Como conclusão de suas reflexões, o autor afirma que se faz necessário “liberar o dom”, ou seja, “liberar a sociedade através de/com/pelas suas relações humanas generalizadas e particulares, a partir da família”⁶⁶. A razão pela qual uma sociedade altamente globalizada e modernizada deve sempre reconhecer a família como seu recurso está no fato de que esta

[...] gera a sociedade enquanto é – antes, torna-se cada vez mais – o lugar no qual o agir criativo das pessoas pode responder melhor às exigências do dom como motor das relações humanas e sociais. Somente na família o dom é hoje verdadeiramente liberado, e se não é gerado na família, não pode circular nas outras esferas da sociedade. O dom está na base das relações de fidelidade, reciprocidade, cooperação, e não deve ser confundido com a caridade ou beneficência privada ou pública, que é totalmente outra coisa⁶⁷.

Sem retomar as consequências de uma liberação do dom, em particular das amarras que o moderno domínio econômico e político lhe impôs, para cada pré-requisito da ação social do esquema AGIL, no que concerne à família, o autor afirma que isso significa “configurar as relações entre os *genders* e entre as gerações como ações recíprocas que exaltam a doação recíproca sem outro fim que não o de viver o valor de se estar numa relação de familiaridade”⁶⁸.

O sentido humano do dom exige uma cultura que saiba abarcar o sentido transcendental das relações sociais.⁶⁹ Segundo Donati, para que isso ocorra,

[...] o dom deve ser visto como ponto de contato e de fronteira com o que é “sagrado”, enquanto digno de ser respeitado, amado, querido por si mesmo: e isso é o sentido religioso da existência. Já que, em fim de contas, o *enigma* do dom gratuito, tanto discutido e tanto indagado, não é outra coisa senão a própria vida quando vista como relação que vem dada com a/pela/através da qualidade humana da relação, sem a qual não poderemos ser *consortes divinae naturae*. O enigma do dom é aquela “vida” especial (não biológica, e nem mesmo somente psíquica) que é dada com a relação, na relação e pela relação com o Outro, sem a qual não poderemos participar da substância do que é divino⁷⁰.

⁶⁶ DONATI, 2000, p. 94.

⁶⁷ DONATI, Pierpaolo. *La famiglia, il genoma che fa vivere la società*. Soveria Manelli: Rubbetino, 2013. p. 209.

⁶⁸ DONATI, 2000, p. 95.

⁶⁹ Para aprofundar a questão de uma transcendência das relações sociais, vejam-se as reflexões sobre uma sociologia que saiba levar em conta o aspecto teológico da realidade e sua consequente relação, em DONATI, Pierpaolo. *La matrice teologica della società*. Soveria Manelli: Rubbetino, 2010. p. 161-204.

⁷⁰ DONATI, 2000, p. 96-97.

Considerações finais

Na perspectiva do agir em, com e por meio da família, como lugar privilegiado de epifania do sujeito agente, o tema da articulação entre liberdade e autonomia dos sujeitos foi abordado segundo a noção de *liberdade em relação*. Tal perspectiva, que evoca a dependência, ajudou-nos a perceber o quanto as relações familiares estão na base da realização plena da liberdade, não vista em seu aspecto de autonomia ontológica unicamente, mas na sua concretização relativa por meio de vínculos, e vínculos de pertença. Contrariamente a uma visão anárquica da liberdade, a família proporciona uma real experiência responsável, a partir do momento em que tal liberdade se insere no tempo da família como possibilidade de sua plena assunção. Por conseguinte, a categoria de dom, ligada àquela de gratuidade, tanto numa abordagem antropológica quanto sociológica, segundo a qual a família está na base de sua gênese e manifestação, ilumina o caminho de cumprimento da liberdade em relação, pois preconiza uma reciprocidade desinteressada, mas real, por meio da qual desponta o valor da própria relação a ser mantido para o bem da pessoa e da sociedade como um todo.

A família pode ser considerada como uma promessa de realização da pessoa, do ser humano, segundo sua natureza sempre aberta ao transcendente e, por isso mesmo, ao aspecto religioso. Uma promessa, um projeto a ser assumido e sempre realizado para a pessoa, para a sociedade, pois na família se encontra, em primeiro lugar, o banco de provas de todas as promessas humanas capazes de expressar a identidade e vocação do próprio ser humano no exercício da liberdade traduzida em amor duradouro.

Referências

- BOTTURI, Francesco. L'ontologia dialettica della libertà. In: BOTTURI, Francesco (Org.). *Soggetto e libertà nella condizione postmoderna*. Milano: Vita e Pensiero, 2003.
- _____. *Prospettiva dell'azione e figura del bene*. Milano: Vita e Pensiero, 2008.
- _____. *Formazione della coscienza morale: un problema di libertà*. In: _____. *La generazione del bene: Gratuità ed esperienza morale*. Milano: Vita e Pensiero, 2009.
- BRENA, Gian Luigi; PRESILLA, Roberto (Orgs.). *Per una libertà responsabile*. Padova: Messaggero Padova, 2000. p. 73-95.
- _____; CHRETIEN, Jean-Louis. *La voix nue: Phénoménologie de la promesse*. Paris: Minuit, 1990.
- DONATI, Pierpaolo. *Teoria relazionale della società: Sociologia e politica sociale*. Collana Diretta da P. Donati. Milano: Francoangeli, 1998.
- _____. *Il dono in famiglia e nelle altre sfere sociali*. In: SCABINI, Eugenia; ROSSI, Giovanna. *Dono e perdono nelle relazioni familiari e sociali*. Milano: Vita e Pensiero, 2000. p. 55-102.
- _____. *La matrice teologica della società*. Soveria Manelli: Rubbetino, 2010.
- _____. *L'amore come relazione sociale*. *Societàmutamentopolitica*, v. 2, n. 4, p. 15-35, 2011.
- _____. *La famiglia, il genoma che fa vivere la società*. Soveria Manelli: Rubbetino, 2013.
- _____. *Società liquida: la vera libertà ha bisogno di una direzione*, 2008. Disponível em: <<http://www.ilsussidiario.net/News/Cultura/2008/9/25/SOCIETA-LIQUIDA-Donati-la-vera-liberta-ha-bisogno-di-una-direzione/5913/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

- GOMARASCA, Paolo. Emozioni, affetti, legami. In: ANSELMO, D. et al. (Orgs.). *Lessico della libertà: Percorso tra 15 parole chiave*. Milano: Paoline, 2005. p. 41-68.
- HADJADJ, Fabrice. *Qu'est-ce qu'une famille?: Suivi de la transcendance en culottes*. Paris: Salvator, 2014.
- KLEIN, Melanie. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- RAHNER, Karl. *Sul matrimonio*. Meditazione teologiche. Brescia: Queriniana, 1966.
- RICOEUR, Paul. *Parcours de la reconnaissance: Trois études*. Paris: Gallimard, 2004.
- MACINTYRE, Alasdair. *Dependent Rational Animals*. Chigago: Open Court, 1999.
- MORANDÉ, Pedro. *Persona, matrimonio y familia*. Lecturas Escogidas. Chile: Universidad Católica de Chile, 1994.